



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ANDREZA DA SILVA FERREIRA

O SETOR INDUSTRIAL PERNAMBUCANO E A SUA
IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL.

CARUARU

2018

ANDREZA DA SILVA FERREIRA

**O SETOR INDUSTRIAL PERNAMBUCANO E A SUA
IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL.**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Caruaru, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador: Profº Dr. José Valdecy
Guimarães Júnior**

CARUARU

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

F383s Ferreira, Andreza da Silva.
O setor industrial pernambucano e a sua importância para o crescimento e desenvolvimento local. / Andreza da Silva Ferreira. – 2018.
51 f. il. : 30 cm.

Orientador: José Valdecy Guimarães Júnior.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Setor industrial - Pernambuco. 2. Economia. 3. SUDENE. 4. Desenvolvimento econômico. I. Guimarães Júnior, José Valdecy (Orientador). II. Título.

CDD 330 (23. ed.)
371)

UFPE (CAA 2018-



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DA MONOGRAFIA
EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:**

ANDREZA DA SILVA FERREIRA

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sobe a presidência do primeiro, considera o candidato(a) **Andreza da Silva Ferreira. APROVADA**, com média final de 9,5.

Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior
Orientador

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Sobreira Bezerra
Avaliadora

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Dedico em primeiro lugar a Deus pela força, sabedoria e paciência para a conclusão deste trabalho, aos meus pais, em especial meu pai Sebastião Antônio Ferreira que não poupou esforços para que esse sonho fosse realizado. A minha irmã Alexandra da Silva Ferreira que acompanhou toda a minha dedicação, e os demais irmãos, pelo incentivo à conclusão do curso.

Aos meus amigos Eggleston Patrício de Oliveira Souza, Fernanda Melo Correia dos Santos, Lindomayara França Ferreira, aos amigos e colegas pelo incentivo e apoio constante, e às pessoas com quem eu pude conviver nesses espaços ao longo desses anos, agradeço também ao meu namorado Augusto Cesar de Mendonça Fonseca que não mediu esforços para me ajudar e me motivar à conclusão do curso.

Por fim, agradeço aos professores da UFPE, que no decorrer do curso sempre mantiveram palavras de incentivos colaborando para chegar onde cheguei, e em especial, a disponibilidade do meu professor e orientador José Valdecy Guimarães Júnior.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais incentivos e políticas de estímulo ao setor industrial, seus reflexos desiguais sobre o crescimento econômico e sua proposta de desenvolvimento para o Estado de Pernambuco. Será feita uma breve retrospectiva histórica, caracterizada como essencial para os resultados do atual cenário, dando ênfase no período de 1960 a 2001 em que se contextualiza o ápice e a fragilidade da SUDENE. O trabalho possui caráter bibliográfico cuja proposta é realizar uma análise descritiva e exploratória crítica sobre a temática, tal que, para a análise da trajetória econômica industrial foi utilizado dados de fontes secundárias, bem como, dados fornecidos pela Base de Dados do Estado (BDE), pelo Portal Industrial, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, entre os anos de 2010 a 2015. Diante de limitações orçamentárias e de projetos políticos que não abrangem a pluralidade necessária no âmbito social e econômico, mesmo com melhorias significativas ao longo dos anos – comparado a outros Estados – fica evidente as dificuldades que Pernambuco enfrenta. A análise crítica denotou crescimento, contudo, de forma ainda centralizada, o que ressalta a necessidade de propostas políticas que envolvam diversos aspectos de uma região – educação, emprego, segurança, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, entre outros –, sendo este talvez o grande desafio das políticas públicas.

Palavras-chave: Economia Pernambucana. Setor Industrial. SUDENE. Desenvolvimento Descentralizado.

ABSTRACT

The present work aims to present the main incentives and policies to stimulate the industrial sector, its unequal effects on economic growth and its development proposal for the State of Pernambuco. A brief historical retrospective will be made, characterized as essential for the results of the current scenario, emphasizing the period from 1960 to 2001, in which the summit and the fragility of SUDENE are contextualized. The work has a bibliographic character whose proposal is to perform a descriptive and exploratory critical analysis on the subject, such that, for the analysis of the industrial economic trajectory, data from secondary sources were used, as well as data provided by the State Database (BDE) , by the Industrial Portal, by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and by the Atlas of Human Development in Brazil between 2010 and 2015. Faced with budget constraints and political projects that do not cover the necessary plurality in the social sphere and economical, even with significant improvements over the years - compared to other states - the difficulties faced by Pernambuco are evident. Critical analysis has nevertheless seen growth in a centralized way, which highlights the need for policy proposals involving several aspects of a region - education, employment, security, high Human Development Index (HDI), among others - perhaps the great challenge of public policies.

Keywords: Pernambuco Economy. Industrial Sector. SUDENE. Decentralized Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Percentual de incentivos fiscais da SUDENE em Pernambuco, nos períodos de 1963 a 1989 – (%)	27
Figura 2 –	Taxa de Crescimento Real (%) do VAB de Pernambuco, por setores de atividade econômica	29
Figura 3 –	Grandes empresas – 250 ou mais empregados – % (2017) Participação no emprego local	31
Figura 4 –	Composição industrial do VAB em PE, nos períodos de 2010 a 2015 - %	32
Figura 5 –	VAB industrial em municípios Pernambucanos com contribuição maior que 50.000, em 2010-2015 (R\$ 1000)	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Investimentos Industriais no Estado de Pernambuco nos períodos de 2000 a 2016	25
Tabela 2 –	Pernambuco: Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Setorial e por Atividade Econômica – 1970-1999 (%)	28
Tabela 3 –	Pernambuco: Valor Adicionado Bruto do setor industrial em valores correntes (R\$ 1000)	30
Tabela 4 –	Estabelecimentos industriais por porte - participação das empresas industriais no total das empresas do no Estado, na Região e no Brasil % (2016)	30
Tabela 5 –	Unidades locais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, segundo as divisões de atividades - Pernambuco – 2015	33
Tabela 6 –	Índice de Desenvolvimento Humano (Renda, Longevidade, Educação), em 2010	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	13
2.1	Pesquisa Exploratória	13
2.2	Pesquisa Descritiva	14
3	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO PERNAMBUCO	15
3.1	O papel da SUDENE no processo de industrialização em Pernambuco	20
3.2	A tentativa de reestruturação industrial de Pernambuco no limiar dos anos 2000	23
3.2.1	Complexo Industrial e Portuário de Suape	24
3.2.2	Polo de Software-Porto Digital	24
3.3	Repercussão nos dias atuais	27
3.3.1	Polo Digital e Intermediações	27
3.3.2	Polo têxtil (Caruaru – Toritama – Santa Cruz do Capibaribe)	28
3.3.3	Polo Médico (Recife)	28
3.3.4	Suape	29
3.3.5	Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco	30
4	PERNAMBUCO EM NÚMEROS	31
4.1	Período de 1960-2001	31
4.2	O período de 2002-2015	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXO A – COMPOSIÇÃO SETORIAL EM VALOR ABSOLUTO BRUTO	47
	ANEXO B – MAPA DA COMPOSIÇÃO SETORIAL	51

1. INTRODUÇÃO

Na discussão sobre o setor industrial da economia pernambucana faz-se imprescindível mencionar as ações políticas precedentes no âmbito não só estadual, como também no cenário regional.

Historicamente, a região do Nordeste entre 1960 a 2001 foi marcada pelo ápice e pela fragilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A instituição a princípio foi caracterizada pelo fortalecimento de instrumentos de ações políticas fomentadoras de desenvolvimento homogêneo entre os Estados. Ressalta-se que neste período foram elaboradas diretrizes e planos políticos que tinham como proposta a ampliação da dinâmica econômica do Nordeste, sua mudança estrutural, e a descentralização dos setores mais produtivos da região.

Considerada como uma atividade importante – para a redução da concentração de renda, pobreza, e disparidade regional –, os incentivos a indústria passaram a ser umas das diretrizes debatidas pela SUDENE. Com a globalização e as mudanças de paradigmas tecnológicos, bem como, o dinamismo e o desenvolvimento das demais regiões do país, ficava cada vez mais nítido a necessidade de um plano emergencial capaz de atrair os investimentos privados, enfatizando assim, o papel do Estado como principal fomentador de mudanças nas atividades econômicas.

O processo de industrialização no Estado/ de Pernambuco se deu de forma lenta e centralizada, contudo, favorecido pela sua localização, pela mão de obra barata – atrelada ao baixo nível de escolaridade e ao excesso de oferta – e pela dimensão territorial subocupada, a atividade foi ganhando destaque entre as demais regiões e inclusive no PIB brasileiro.

Sabe-se que houve ascensões e crises no setor durante toda a sua trajetória econômica, seja por fatores internos ou externos, e mesmo com o forte incentivo do governo, ficava cada vez mais evidente que não bastava trazer grandes projetos, mas sim começar a desenvolver uma política que agregasse e integrasse todos os fatores essenciais para o desenvolvimento e o crescimento da região de forma descentralizada.

Em um contexto mais atual, a economia do Estado de Pernambuco teve uma participação percentual de 2,6 % no PIB brasileiro, o que representa R\$ 134.491,00¹ milhões em 2015, dentre este, R\$ 26.895,00 foi proveniente do PIB industrial no Estado. De acordo com dados do Portal da Industrial (2018)² esses números destacam o Estado de PE como um dos mais influentes do Nordeste no setor industrial, ficando atrás apenas da Bahia – com 4,1% na participação do PIB em 2015.

Não obstante, Pernambuco é responsável por 2,0% na participação das exportações de produtos manufaturados no país, posicionando-o como o segundo Estado no NE com maior participação no PIB industrial do Brasil. Ainda segundo dados do Portal da Industrial (2018), foi contabilizado a partir das exportações no Estado em 2017 um valor equivalente a US\$ 1.745 milhões, levando PE a 14^o posição dos Estados que mais exportam produtos industrializados

Sabe-se a importância do incentivo governamental neste setor, e que as políticas – quando bem desenvolvidas – são as principais estratégias para um desenvolvimento sustentado. Deste modo, como principal facilitador, faz-se imprescindível analisar sob a ótica de incentivos públicos e privados os investimentos industriais na região, bem como, sua relevância para o desenvolvimento econômico e social.

Diante do exposto, evidenciou-se questionar: Quais as estratégias políticas traçadas para a descentralização industrial e suas influências para o IDH no Estado de Pernambuco? Questão que leva a construção da hipótese e dos objetivos delineados a seguir.

A hipótese considerada é a de que mesmo que o setor industrial tenha forte representatividade no Estado, com alta empregabilidade, e alta participação no PIB brasileiro, não significa dizer que o setor está promovendo desenvolvimento humano e regional descentralizado. Os números já foram mais expressivos, assim como a atratividade de investimentos no setor, o que mostra a importância de tal.

O objetivo geral deste trabalho refere-se a realizar uma análise crítica das principais políticas de estímulo ao setor industrial e seus reflexos desiguais sobre o crescimento e o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Com isso, a pesquisa pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos:

¹ PIB – milhões (valor adicionado bruto) R\$ (2015). Disponível em: <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=9&id=1603>>. Última visualização 16/10/2018.

² Disponível em: <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/>>. Última visualização 24/04/2018.

- a) Discorrer sobre as políticas e os incentivos do Estado no setor industrial do Nordeste e de Pernambuco;
- b) Explorar dados sobre a atual dinâmica industrial na economia pernambucana, enfatizando as potencialidades do setor;
- c) Analisar de forma crítica os reflexos do setor industrial no desenvolvimento humano do Estado de Pernambuco nos últimos anos, enfatizando emprego e renda.

Por fim, esse trabalho traz reflexões sobre o grau de relativo desenvolvimento alcançado pelo do Estado de Pernambuco, supostamente promovido pelo setor industrial, sob a contextualização atual, dando ênfase nos subsetores mais produtivos – suas dinâmicas para a competitividade e empregabilidade – nos incentivos governamentais/fiscais e nas políticas desenvolvidas para um crescimento descentralizado na região.

Além dessa parte introdutória e das considerações finais, este trabalho se divide em mais três capítulos. No capítulo a seguir será abordado os procedimentos metodológicos, bem como, bibliográfico-histórico-exploratório e descritivo. O capítulo dois contextualiza, o processo de industrialização no Estado de Pernambuco, em que consiste na abordagem histórica do período de estagnação e suas consequências no atual cenário industrial, destacando alguns aspectos importantes como: desenvolvimento regional, políticas públicas, e indicadores sociais. O terceiro capítulo explana as principais políticas estruturais, tal como, os incentivos públicos e privados, essenciais para o setor industrial do Estado de Pernambuco no período de 1960 a 2001, seguido por discussões em tono dos dados do atual panorama no setor industrial, tal qual, a caracterização da região, a composição industrial mais produtiva e as potencialidades que mais se destacam nos municípios do Estado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa abrange caráter histórico, com procedimentos bibliográficos – livros, artigos, periódicos –, exploratório e descritivo, contudo, também enfatiza os aspectos contemporâneos da problemática. Segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema a ser estudado. O autor menciona que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per *capita*; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2009. p. 45).

Um fator importante destacado por Demo (2000) *apud* Prodanov e Freitas (2013, p. 19), é a relevância de trabalhos acadêmicos para os aspectos sociais, o mesmo menciona que, por vezes, a sofisticação do método por si só não possui utilidade e se faz necessário buscar uma ideologia que possa melhor representar a realidade. Assim, esse trabalho toma como indispensável para a problemática proposta os seguintes métodos:

2.1 Pesquisa exploratória

O caráter exploratório proporciona maior familiaridade com a problemática, dado que em alguns casos assume a forma bibliográfica. Neste contexto, o trabalho irá abordar a literatura sob os aspectos histórico e atual, retratando a temática por meio de pesquisas em livros, artigos e periódicos. Cabe ainda destacar o uso paralelo a pesquisa documental, sendo esta semelhante a pesquisa bibliográfica, contudo, “a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes” (GIL, 2009, p. 45). A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela exploração de diversos autores sobre a mesma temática, enquanto que, a pesquisa documental, de forma geral, pelo uso de materiais sem um tratamento analítico.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso

localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico (GIL, 2009. p. 46).

Como um dos objetivos é analisar os reflexos do setor industrial no desenvolvimento humano da no Estado de Pernambuco, alguns filtros serão utilizados. Assim, os dados analisados são de fontes secundárias, fornecidos pela Base de Dados do Estado (BDE), pelo Portal Industrial, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, entre os anos de 2010 a 2015.

Nas análises qualitativas, o pesquisador faz uma abstração, além dos dados obtidos, buscando possíveis explicações (implícitas nos discursos ou documentos), para estabelecer configurações e fluxos de causa e efeito. Isso irá exigir constante retomada às anotações de campo, ao campo, à literatura e até mesmo à coleta de dados adicionais (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 114).

2.2 Pesquisa descritiva

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2009. p. 42).

No procedimento metodológico descritivo, destaca-se a especificidade de exposição com uma determinada população ou situação, bem como, as relações existentes entre as variáveis. Gil (2009, p.42), destaca que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 52).

Assim, no que se refere a presente literatura, se faz imprescindível no primeiro momento observar o cenário em um contexto atual dado os parâmetros históricos analisados e estudados, para só a partir de então, passar a ter um olhar crítico sobre a temática.

3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Numa breve retrospectiva, a história do processo de desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco passou por ciclos de booms e crises econômicas, paralelamente a região Nordeste. Diante do cenário de secas, pobreza, concentração de renda, desemprego, pequeno dinamismo econômico, e entre outros – que se encontrava primordialmente na Região Nordeste – no fim da década de 1950, o então presidente Juscelino Kubitschek – com orientação do economista Celso Furtado – idealizou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e posterior, instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³ sediada na cidade do Recife em Pernambuco.

Após um grande período de recessão do comércio agroexportador e de uma gradativa perda de participação do Nordeste na economia brasileira [anos de 1950], essa região tornou-se uma das mais pobres do hemisfério sul. A renda média da população nordestina era menos de um terço da renda dos habitantes do Centro-Sul, sendo o produto do Nordeste bem mais concentrado, aumentando ainda mais a disparidade em relação às condições de vida dos habitantes dessas duas grandes regiões (GTDN, 1997 *apud* Gonçalves; Araújo, 2015, p. 192).

O GTDN tinha por objetivo, no primeiro momento, realizar um diagnóstico da situação nordestina e, posteriormente, elaborar um estudo para o desenvolvimento da atividade econômica no Nordeste, afastando qualquer possibilidade de revolução na sociedade. Gonçalves e Araújo (2015) destacam que na década de 1950 o aumento das disparidades sociais e econômicas entre o Centro-Sul e o Nordeste impulsionou o surgimento de forças sociais que reivindicavam por políticas voltadas para mudanças estruturais na sociedade brasileira, as chamadas “reformas de base” (p. 197).

As influências do GTDN ultrapassaram os aspectos de motivação a grupos sociais e políticos, gerando uma base ideológica para a SUDENE, sendo esta considerada como uma importante instituição para a redução da heterogeneidade entre as regiões, bem como, no que se refere a inserção progressiva da região Nordeste no âmbito industrial. Assim, “o Nordeste assumiu uma 'nova função' no processo de complementaridade da

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm> última visualização 18/06/2018

acumulação de capital em favor da burguesia industrial do Sudeste” (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004, p. 110 *apud* GALVÃO, 2014, p. 198).

Instituída em 1959 e idealizada por Celso Furtado, a SUDENE foi criada com o objetivo de conduzir as reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento do Nordeste, contudo, ao longo deste tempo, foi perdendo seu poder institucional e seu caráter reformista, chegando a ser extinta em 2001 (PESSOA; MILANI, 2016 p. 02).

É importante destacar que em 2007, a Lei Complementar Nº 125, institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; a mesma, estabelece sua “composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências” (BRASIL, Lei Complementar Nº 125 de 3 de janeiro de 2007).

Silva Filho (2009) destaca algumas instituições de economia mista criada no período dos Planos Diretores I e II, auxiliares no papel da SUDENE. O autor ainda menciona instituições no Estado de Pernambuco de apoio à micro e pequenas empresas, como o SEBRAE e o NAI.

Nos diagnósticos realizados, no campo institucional, nesta fase de autonomia absoluta e, constantes dos Planos Diretores I e II, o superintendente Celso Furtado constatou que as instituições da Região precisavam ser modernizadas, iniciando-se o processo por setores estratégicos, tendo concluído que a SUDENE, em um primeiro momento, deveria atuar operacionalmente nesses setores, tendo, em decorrência, a autarquia criado várias sociedades de economia mista, das quais era a maior acionista, podendo-se citar: [...] No caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, atual Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário) torna-se relevante ressaltar que sua origem foi na SUDENE, porque, inicialmente, a Autarquia criou o Núcleo de Assistência Industrial (NAI), transformado em Núcleo de Assistência Empresarial (NAE), posteriormente transformado em Centro Empresarial de Assistência Gerencial (CEAG), centros esses cuja experiência foi levada pelo BNDES a outras regiões do país, e posteriormente, surgindo por Lei Federal, o SEBRAE, com recursos próprios incluídos no Orçamento Federal (SILVA FILHO, 2009, p.12).

Posterior ao surgimento da SUDENE e de quatro fases do Planos Diretor – entre 1961 a 1968, tinha como principal medida a renovação da região – surge o Plano de Desenvolvimento do Nordeste entre os períodos de 1972 a 1974, seguindo a mesma linha dos planos anteriores, contudo, procurou-se unificar em um único documento de forma

detalhada, a programação do governo federal, os programas dos governos dos diferentes Estados da região e os principais programas e projetos a cargo da iniciativa privada.

Ainda no que refere a planos estruturais de desenvolvimento e industrialização, têm-se o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) entre o período de 1975-1979, que seguia o mesmo padrão de medidas e estratégias dos planos anteriores, contudo, numa amplitude nacional. Carvalho (2014) destaca que:

[...] mais uma vez difere muito pouco das que haviam sido definidas anteriormente. É diversa, entretanto, no que diz respeito aos aspectos formais do documento-plano elaborado para esse período, assim como no que toca à explicitação de certas ações programáticas, que institucionalizam a fase correspondente à implementação dos chamados Programas Especiais (CARVALHO, 2014, p. 16).

Os autores Pessoa e Milani (2017), criticam as prioridades que o II PND adotou, os mesmos destacam que o Plano alcançou resultados no âmbito nordestino, entretanto, modestos em relação as outras regiões.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) apresentou uma grande contribuição para a indústria nordestina na mudança de seu padrão de especialização, de produtos de consumo não duráveis para produtos intermediários. Contudo, tratava-se de uma política de desenvolvimento nacional, não priorizando o Nordeste brasileiro (PESSOA; MILANI, 2017, p. 02).

No período de vigência do II PND, a SUDENE não elaborou – em sentido amplo – um plano de desenvolvimento regional, como idealizou em momentos anteriores. Em seu lugar, a Entidade preparou, como parte do II PND, o Programa de Ação do Governo para o Nordeste, no qual Carvalho (2014) menciona que foram definidos os seguintes objetivos:

- i. Promover a integração do Nordeste ao processo de desenvolvimento do País;
- ii. Reduzir as disparidades inter-regionais de renda; e
- iii. Assegurar, ao longo do processo de evolução econômica, crescente melhoria da qualidade de vida da população do Nordeste (CARVALHO, 2014, p. 17).

Com Programa de Ação do Governo para o Nordeste no período de 1975 a 1979, Carvalho (2014) ressalta que o governo federal elaborou não apenas um plano de ação como nos Planos anteriores, mas sim um conjunto de diretrizes capaz de atingir com pluralidade diversos setores na economia, onde dá-se ênfase na descentralização das atividades e do próprio processo de desenvolvimento. Como o objeto de estudo principal

do presente trabalho é o setor industrial e sua dinâmica de investimentos, dá-se destaque as seguintes diretrizes estratégicas do programa, por intermédio da SUDENE:

[...] iii. Implantação de grandes indústrias de base que beneficiem matérias-primas regionais e a ampliação das indústrias de evidentes vantagens locacionais, com destaque para as indústrias têxteis, as indústrias de produtos elétricos e eletrônicos, as indústrias de confecções etc; iv. A ampliação do emprego, a expansão do ensino, a melhoria da repartição dos investimentos e a atenuação dos desníveis intersetoriais de renda; [...] vi. Descentralização do processo de desenvolvimento, de forma a assegurar a ampliação do mercado interno e a alcançar a sua autosustentação; (CARVALHO, 2014, p. 20).

Para Almeida *et al.* (2007), as diretrizes essenciais para o desenvolvimento de uma região tratam-se da descentralização econômica e sua geração de emprego e renda. Assim, as entidades governamentais no Nordeste passaram a utilizar estratégias para atrair o capital produtivo, dado o grande nível de endividamento da maioria dos Estados no do Nordeste desde 1980.

Tais estratégias que se apresentaram sob a forma de políticas públicas, foram lastreadas não apenas por generosos incentivos fiscais, mas por dinheiro para obras de infraestrutura, doação de terrenos e, até, participação do governo como acionista de novas empresas. As empresas, por sua vez, sentem-se atraídas por diversos fatores, tais como estratégica localização geográfica, que favorece a exportação; significativos incentivos fiscais, que estabelecem prazos mais largos de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, finalmente, os baixos custos de mão-de-obra, fator de grande atratividade para grupos que empregam mão-de-obra intensiva (ALMEIDA, *et al.*, 2007, p. 100).

No que se refere ao desenvolvimento humano da região motivado pelo processo de industrialização, Almeida *et al.* (2007) destacam que a tendência é que a partir da oferta de empregos local, da acentuada participação nas finanças públicas, e o incentivo para os demais setores, acabam fornecendo uma estrutura maior para um bom desempenho no índice IDH-M.

O deslocamento de grandes empreendimentos para a região Nordeste, impulsionado por tais estratégias, que buscam atrair novos investimentos nos diversos setores da economia regional, pressupõe o desenvolvimento humano da região, de acordo com as seguintes implicações: 1ª) tende a elevar o nível de emprego e renda da sua população; 2ª) contribuirá para o ajuste das finanças públicas (no âmbito municipal, estadual e, por conseguinte, regional), devido ao aumento da arrecadação tributária; 3ª) deverá proporcionar o fortalecimento das atividades das pequenas e médias empresas locais, que atuarão como fornecedoras de insumos e serviços às grandes empresas instaladas (ALMEIDA, *et al.*, 2007, p. 100).

Para Furtado (2004) “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p. 484).

Mendes (2010) sublinha o contexto da dinâmica das capitais e das cidades ‘polos’, onde se destacam das demais, induzindo assim aos melhores índices em relação ao âmbito de desenvolvimento e crescimento econômico. Contudo, o autor não acredita que haja uma relação – seja direta ou inversamente proporcional – entre as variáveis, para ele, o crescimento econômico de uma região não explica o desenvolvimento da mesma, e vice-versa.

Tanto em termos de IDH quanto de crescimento econômico as capitais nordestinas se destacam da média nacional, regional ou estadual. Esse fenômeno é condizente com a hipótese de que algumas cidades ou núcleos urbanos possuem dinâmicas econômicas diferenciadas, em particular as capitais (em função de características particulares), mas isso também vale para algumas cidades de porte médio na região onde se podem encontrar resultados semelhantes. Isso demonstra que a dinâmica e a estrutura econômica (e social) possuem diversas escalas de análise: internacional, nacional, regional, estadual e local (MENDES, 2010, p. 9).

Em relação a economia do Estado de Pernambuco, na segunda metade do século passado, Galvão (2014) destaca os intensos declínios, não só no âmbito Nacional como também no âmbito da região Nordeste – mencionando anteriormente.

Apesar do seu lento e continuado declínio relativo, Pernambuco, na primeira metade do século passado, ainda se destacava, no Brasil e na região Nordeste, como um dos Estados mais desenvolvidos e industrializados do País, o seu PIB representando, de acordo com estimativas das contas nacionais do IBGE de 1939, 4,4% do PIB nacional, e o Valor Bruto de sua produção industrial, 4,6% do total do País, em confronto com tão somente 1,4% do PIB industrial do vizinho estado da Bahia, de acordo com o Censo Industrial de 1949 (GALVÃO, 2014, p. 132).

Em 1949 a participação do Estado de Pernambuco no PIB nacional – de acordo com dados das contas regionais do IBGE⁴ - caiu de 3,8%, para 3,5%, em 1959, para 2,9%, em 1970, alcançando tão somente 2,1% em 2002. Já no aspecto regional, em 1939 sua participação era de 26,5% do PIB regional e passou a ser de 18%, no ano de 2002. Assim, o autor enfatiza que o declínio do crescimento do Estado foi apresentado de forma lenta

⁴ Referenciado na obra de Galvão (2014).

e continuada, entretanto, destacava-se entre os demais Estados do Nordeste – a título de ilustração, o Estado da Bahia.

3.1. O papel da SUDENE no processo de industrialização em Pernambuco

Como vimos anteriormente, a SUDENE teve um papel importante na inserção de reformas estruturais essenciais para o fomento do desenvolvimento do Nordeste. Assim, se faz imprescindível contextualizar sobre o seu papel determinante para a industrialização do Estado de Pernambuco.

Nos anos 1960 e 1970, com os incentivos fiscais e demais instrumentos da política regional adotada com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a economia pernambucana conseguiu atrair boa parte dos projetos de investimento apoiados nesse esquema e assim atingir um patamar mais elevado de diversificação industrial, embora muito localizado na Região Metropolitana do Recife (LIMA *et al.*, 2007, p. 527).

O I plano diretor da SUDENE – mencionado anteriormente – conferiu em 1961 “à autarquia 2% do orçamento da União e a administração de instrumentos necessários ao desenvolvimento regional, destacando-se, entre eles, a isenção fiscal que correspondia à dedução de 50% do imposto de renda devido de pessoas jurídicas de capital 100% nacional” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 72).

Albuquerque (2012), ainda enfatiza que mesmo com características de atratividade para o Estado, no decorrer dos anos os incentivos fiscais sofreram várias modificações, no primeiro momento com a extensão da Amazônia legal, ainda em 1963, em que acabará desviando recursos que seriam destinados ao Nordeste. Posteriormente, a criação do Programa de Integração Nacional e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte Nordeste, contribuíram também para esvaziar as ações da SUDENE no Nordeste, “pois o primeiro retirava 30% e o segundo 20% de todos os incentivos fiscais” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 73). O autor ainda menciona que:

A última grande modificação do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste durante o governo militar foi a criação do Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, em 1974, supervisionado pela Sudene e que tinha como objetivo melhorar a administração do sistema de incentivos fiscais. Quando da sua fundação, a Sudene, em tese, deveria atuar de forma ampla no Nordeste, coordenando todos os órgãos federais, através de um orçamento predeterminado pelo governo federal. Isso não se tornou realidade; diversas instituições, como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER

e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, apenas relatavam à Sudene quais obras pretendiam executar (ALBUQUERQUE, 2012, p. 73).

Rudge (2004), menciona que junto com o incentivo fiscal do Imposto de Renda, “foram oferecidos diversos outros atrativos para as indústrias que se estabelecessem no Nordeste”, como:

A isenção de direitos aduaneiros na importação de equipamento, redução ou isenção dos impostos estaduais sobre vendas e circulação de mercadorias, etc. Mas o mais importante dentre esses tradicionais incentivos constituiu-se na facilidade existente em adquirir crédito bancário barato no BNB para financiar até 50% do capital que necessitavam as empresas industriais do Nordeste. Reduzindo assim bastante a necessidade de levantamento de capital próprio para iniciação dos projetos.

Sobretudo, limitando a capacidade da instituição cuja finalidade inicial consistia no papel de coordenação da política de investimento e desenvolvimento, os incentivos fiscais passaram a ser a principal ferramenta na atuação do órgão, deixando evidente sua fragilidade. No primeiro momento, a contextualização da importância dos incentivos fiscais foram bem aceitas, contudo, posterior a denúncias de fraudes “passaram de salvadores do Nordeste a vilões, por terem sido aplicados em projetos inviáveis e permitirem um imenso volume de desvio de dinheiro público” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 73), intensificando assim problemas de desigualdades intrarregionais e desgastando a imagem da instituição diante da sociedade.

Até meados da década de 1970, a sociedade em geral aprovou e defendeu o sistema de incentivos fiscais, considerado um mecanismo eficaz para o desenvolvimento do setor industrial da região e para o surgimento de uma classe empresarial com mentalidade capitalista (ALBUQUERQUE, 2012, p. 75).

Lima *et al.* (2007) destacam a concentração inicial do setor industrial na região Metropolitana do Recife, bem como, a importância dos incentivos governamentais para tal. Os autores ainda mencionam não só a falta de dinamismo como também a forte dependência de atividades primárias nas regiões interioranas, “seja no Sertão ou no Agreste, mesmo que, em algumas cidades do Agreste, tenham surgido algumas atividades agroindustriais”.

Ademais, as instâncias estaduais e municipais de governo adquirem maior importância e passam a agir de forma mais ativa na coordenação e estímulo à ampliação da estrutura econômica, seja com base no chamado desenvolvimento endógeno, seja na articulação e atração de investimentos de fora, ao lado da busca por maior competitividade sistêmica representada (LIMA *et al.*, 2007, p. 526).

Extinta em 2001 e recriada em 2007, a SUDENE no período se fazia essencial para o andamento de projetos de desenvolvimento da região, para suas articulações, mobilizações, e negociações alternativas que proporcionassem a homogeneidade do desenvolvimento, “pois como se sabe os Estados isoladamente nem sempre têm poder político capaz de conseguir decisões representativas, ou seja, passíveis de ser operacionalizadas” (SILVA FILHO, 2009, p.26).

A extinção da SUDENE gerou no Nordeste uma desarticulação política, institucional e técnica. O vácuo foi evidente porque todos passaram a atuar isoladamente, não somente os governadores, como instituições e técnicos. Faltava uma instituição aglutinadora que tivesse condições de tratar problemas estaduais dentro do enfoque sub-regional (SILVA FILHO, 2009, p.29).

Após o momento de instabilidade – proporcionada pelo período em que a SUDENE se encontrava “desativada” – a região retomou a atenção para investimentos estruturais e industriais tanto por parte dos governos federal e estadual quanto por parte de articulação com empreendedores privados. É importante mencionar que o objetivo síntese do economista Celso Furtado – idealizador da SUDENE – “era fazer surgir no Nordeste uma classe empresarial forte, tanto no campo industrial, como agroindustrial, devidamente articulada com o setor agrícola, capaz de, de forma autossustentável, dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento nos termos dos diagnósticos constantes do GTDN” (SILVA FILHO, 2009, p.13).

A proposta reformista da SUDENE, destacava a indústria como a ferramenta principal para a alavancagem do desenvolvimento e para a compensação do relativo atraso da região nordestina. Marcada pela fase de fragilidade, a instituição retoma seu posicionamento com uma postura mais articuladora entre o governo Federal e Estadual, tendo ainda como base as expectativas sobre o setor industrial, bem como, os investimentos estruturadores em Pernambuco.

No que se refere ao apoio financeiro as idealizações da SUDENE, é imprescindível mencionar o papel fundamental exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante todo o processo, especialmente por operações de crédito.

3.2. A tentativa de reestruturação industrial de Pernambuco no limiar dos anos 2000

No início deste novo milênio, porém, a economia de Pernambuco vem passando por um novo surto de mudanças, com a presença de expressivos investimentos em diversas áreas da economia do Estado, esperando-se que os novos empreendimentos reestruturadores sejam capazes de mudar completamente a face da economia pernambucana, fazendo-a ingressar em um ciclo renovado de crescimento sustentado (GALVÃO, 2014, p. 133).

Neste contexto, a questão regional ganhou destaque na política econômica do país, permitindo a criação de instituições, com o propósito de elaboração de medidas políticas para o desenvolvimento econômico do Nordeste. Oliveira (2014) destaca a ampliação da concessão de crédito e dos incentivos fiscais em Pernambuco proporcionadas pelas instituições do BNDES e do BNB, ambas com características essenciais para a efetivação de tais propostas políticas.

No período posterior a 2007, ampliou-se a magnitude não só da concessão de incentivos fiscais, em Pernambuco, para a atração de empreendimentos, como também das linhas especiais e setoriais. Essas medidas foram complementadas com a maior oferta de crédito – a cargo de instituições como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e com a definição (política) de instalar refinarias no Nordeste (OLIVEIRA, 2014, p.286).

Nesse sentido, faz-se imprescindível contextualizar sobre os principais empreendimentos implementados no Estado, a fim de proporcionar crescimento a economia de Pernambuco, bem como, indutoras do processo de industrialização. Monteiro Neto e Vergolino (2014) destacam que em 2003 – em função do aquecimento do mercado nacional – voltou a ser sinalizado a retomada do investimento público. Entre os investimentos estruturantes mais representativos para a mudança proposta na trajetória do PIB estadual, os autores destacaram a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, a implantação do estaleiro naval no Complexo Industrial de Suape – que de imediato impulsionou o setor de construção civil no Estado –, a Ferrovia Transnordestina, e a Transposição do Rio São Francisco.

Cabe ainda, dar destaque a contextualização de dois projetos estruturais no Estado, em que ambos de imediato se caracterizavam como um projeto robusto e bem estruturado, acreditando ser capaz de atrair investimentos privados e até externos, e sobretudo, a ampliação da dinâmica econômica de Pernambuco.

3.2.1. Complexo Industrial e Portuário de Suape

Instituída em 1978, por meio da Lei Estadual nº. 7.763, criou-se a empresa SUAPE (Complexo Industrial Portuário), que tinha como finalidade administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias.

O complexo industrial e portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da região Nordeste. Dispondo de uma infra-estrutura para atender necessidades dos mais diversos empreendimentos, Suape tem atraído um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países.

[...]

Mais de 70 empresas já se instalaram ou estão em fase de implantação no complexo industrial, representando investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão. Além da infra-estrutura adequada, essas empresas contam ainda com incentivos fiscais, oferecidos pelos governos estadual e municipal, com o objetivo de estimular a geração de empregos e incrementar a economia regional (LIMA, *et al.*, 2007, p.535).

Segundo a obra de Lima *et al.* (2007) o papel do Estado foi essencial para a instalação do Complexo, por meio de investimentos iniciais de ordem de US\$ 1,7 bilhão e incentivos fiscais, como principal política fomentadora de geração de emprego e renda.

O início da construção da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, no Complexo Industrial de Suape, com investimentos da Petrobras. Embora grande parte dos investimentos na refinaria tenda a vazar para fora das fronteiras do estado, o efeito econômico tem sido positivo, especialmente no segmento da construção civil, que gerou um boom na demanda por habitação, em decorrência do aporte de um grande número de trabalhadores qualificados na implantação do empreendimento (MONTEIRO NETO E VERGOLINO, 2014, p. 110).

3.2.2 Pólo de *Software-Porto Digital*

Uma outra proposta estrutural importante para o Estado foi instituída em 2000, tinha-se como objetivo principal fomentar o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no Estado de Pernambuco, gerando emprego e renda. Cabe ressaltar a influência que tal setor exerceu sobre a revitalização do centro antigo do Recife e do surgimento de inúmeras empresas – de pequeno e médio porte – no entorno do Porto Digital.

A ideia do grupo era aproveitar uma região atrativa para a inovação e estimular mudanças econômicas e sociais para gerar mais riqueza, emprego e renda no Estado de Pernambuco. A iniciativa de criar um ambiente de negócios surgiu no ano de 2000, quando o governo estadual decidiu investir R\$ 33 milhões, o volume necessário para consolidar a infraestrutura do Parque. Empresas de telecomunicações investiram R\$ 1 milhão em infraestrutura e empresas

privadas fizeram investimento de R\$ 10 milhões (PORTO DIGITAL, disponível em: <http://www.portodigital.org/parque/historia>)

Caracterizado por uma sociedade civil sem fins lucrativos, o Porto Digital é resultado do cenário de inovação que se consolidou nos últimos anos no Estado, bem como, uma das propostas estruturais modificadoras da dinâmica econômica em Pernambuco. Lima *et al.* (2007) destaque que:

O Porto é um projeto de desenvolvimento econômico que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de inovação que tem, atualmente, 85 instituições entre empresas de TIC, serviços especializados e órgãos de fomento. Em quase quatro anos de operação, o Porto Digital transferiu para o Bairro do Recife Antigo 2.000 postos de trabalho, atraindo 10 empresas de outras regiões do país e quatro multinacionais, abrigando, ainda, dois centros de tecnologia (LIMA, *et al.*, 2007, p.534).

Portanto, é a partir dos anos de 2000 que a economia Pernambucana passa a reagir em termos relativos a outras regiões. Lima *et al.* (2007) sublinha que este melhor desempenho é reflexo, entre outros fatores, dos investimentos do Complexo Industrial Portuário de Suape, que, portanto, motivou a atração de investimentos para posteriores instalações no Estado, como a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, a ferrovia Transnordestina, o Pólo Médico, a expansão das atividades de confecções do Pólo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe, e o Estaleiro.

Além disso, observou-se nos anos mais recentes uma recuperação da atividade álcool-açucareira e um expressivo incremento do turismo, embora mais localizado em Porto de Galinhas e em Recife e aquém do observado em outros Estados nordestinos. Além disso, merece destaque, em termos de crescimento no Estado, a consolidação de atividades terciárias de comércio atacadista, de serviços de saúde e de informática, concentradas na RMR (LIMA, *et al.*, 2007, p.532).

Monteiro Neto e Virgolino (2014) ressaltam que os projetos atrativos de novos investimentos trouxeram para o Estado um novo viés sobre a matriz produtiva, transformando-a em um conjunto de atividades mais robusta e indutora do crescimento econômico – dado a maior representatividade no PIB nacional. É imprescindível mencionar que até o presente momento abordado as atividades industriais ainda se concentravam na região metropolitana e nas cidades circunvizinhas.

O governo federal fez apostas para a implantação de uma refinaria de petróleo da Petrobras, de uma siderúrgica e de um estaleiro naval – projetos de grande envergadura de capital e tecnologia, sem dúvida atratores de novos investimentos ao longo das cadeias de produção. Portanto, desde pelo menos 2005, um novo momento para o setor industrial no estado vem sendo redefinido pelos esforços federais e estaduais para a consolidação de uma matriz produtiva renovada e capaz de orientar uma trajetória mais robusta de crescimento econômico (MONTEIRO NETO E VERGOLINO, 2014, p. 107).

Monteiro Neto e Vergolino (2014) destacam os empreendimentos de maior peso, em termos de volume de investimentos:

Tabela 1 – Investimentos Industriais no Estado de Pernambuco nos períodos de 2000 a 2016

EMPREENHIMENTO	VALOR PREVISTO (R\$)	EMPREGOS PREVISTOS
Refinaria Abreu e Lima	R\$ 35,7 bilhões	1.500 empregos diretos e 40.000 empregos indiretos
Petroquímica Suape	R\$ 7 bilhões	1.800 empregos diretos
Fiat e Sistemistas	R\$ 4 bilhões (Fiat) R\$ 4 bilhões (Sistemistas)	4.500 empregos diretos Fiat
Estaleiro Atlântico Sul	R\$ 3,3 bilhões	7.500 empregos diretos em plena operação
Estaleiro Promar	R\$ 205 bilhões	N.D
Estaleiro CMO	R\$ 295 bilhões	N.D
Hemobras	R\$ 670 bilhões	N.D
Companhia Brasileira de Vidros Planos	R\$ 390 milhões	320 empregos diretos
Wind Power Energia (WPE)-IMPISA e IMPISA Hydro	R\$ 630 milhões (WPE) R\$ 250 milhões (IMPISA Hydro)	630 empregos diretos (WPE) 250 diretos (IMPISA Hydro)
Cone Suape	R\$ 2 bilhões	N.D
Companhia Siderúrgica Suape	R\$ 1,6 bilhões	N.D
Kraft-Foods	R\$ 120 milhões	N.D
Ambev	R\$ 360 milhões	N.D
TOTAL	R\$ 60,5 bilhões	56.500 empregos diretos e indiretos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de MONTEIRO NETO E VERGOLINO, 2014, p. 123.

Tais empreendimentos e investimentos não só trouxeram uma solidificação maior aos projetos, como também, reforçaram as expectativas positivas existentes ao longo dos anos no que se refere ao processo de industrialização e crescimento do Estado na participação do PIB e no nível de empregabilidade local. Assim, diante do exposto, faz-se imprescindível analisar o contexto mais atual de crescimento econômico impulsionado pelo setor industrial, seja via estratégias governamentais políticas ou incentivos do próprio setor privado.

3.3. Repercussão nos dias atuais

As constantes mudanças na economia proporcionada pela inovação e tecnologia implica para o setor industrial Pernambucano novas configurações diante da competitividade do próprio setor. Nesse contexto, faz-se imprescindível – através dos projetos e polos já mencionado em momento anterior – analisar não só a atuação como também as repercussões dos mesmos no cenário mais recente.

3.3.1. Polo Digital e Intermediações

Originado de um plano do Governo Estadual para a criação de um polo de tecnologia, o Polo Digital teve sua iniciativa vinculada ao processo de revitalização da área mais antiga da cidade do Recife.

Hoje, Pernambuco coloca-se no cenário mundial por seu capital humano. Há uma participação crescente do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no PIB pernambucano. Enquanto a média nacional é de 0,8%, em Pernambuco, a participação chega a 1,8%, de acordo com dados do IBGE e do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe) (LIMA et, al., 2007, p. 533).

O Porto Digital é resultado do ambiente de inovação que se consolidou em Pernambuco nas últimas décadas. Atualmente, de acordo com dados no site do Porto digital⁵ o Polo abrange 200 empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) embarcadas no Porto Digital; 41 empresas de Economia Criativa; 8 empresas na Incubadora Cais do Porto, 4 na Incubadora do Portomídia e 9 na Incubadora do Armazém da Criatividade de Caruaru; 4 empresas aceleradas no Porto Digital pela Jump Brasil.

Ainda de acordo com o site, “o ambiente do Porto Digital é composto por 8.500 colaboradores que trabalham em 267 empresas e instituições embarcadas. Desses, 500 são empreendedores”⁶. Dados esses que mostram a atual representatividade do setor na economia local.

No que se refere a expansão do Polo Digital nas intermediações no próprio Estado, pode-se destacar os Armazéns da Criatividade inserido no Agreste Pernambucano. Um localizado na cidade de Caruaru e outro em Petrolina, ambos possuem propostas de TIC

⁵ Disponível em <<http://www.portodigital.org/empresas/empresas-embarcadas/empresas-em-caruaru>> última visualização 21/01/2019.

⁶ Disponível em < <http://www.portodigital.org/capital-humano/perfil-do-capital-humano>> última visualização 21/01/2019.

e Economia Criativa, contudo, abrangendo cada um a peculiaridade da economia local, assim, o Armazém de Caruaru se concentra em atividades voltadas para confecção e moda, enquanto que Petrolina focaliza em atividades de agricultura irrigada.

3.3.2. Polo têxtil (Caruaru – Toritama – Santa Cruz do Capibaribe)

Ainda no que consiste sobre a dinâmica econômica industrial do Agreste pernambucano, as cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, se destacam como fortes polos de confecção e moda.

Em Pernambuco a concentração das empresas do setor de confecções encontra-se principalmente no Agreste do estado, região que passou a ser denominada como Pólo de Confecções do Agreste ou ainda mais recentemente Pólo da Moda do Agreste. Aproximadamente 75 % da atividade industrial relacionada ao segmento do vestuário encontra-se naquela região, tendo ainda a RMR – Região Metropolitana do Recife, que a pouco mais de 20 anos concentrava a maior parte da atividade, perdido participação relativa (ARAÚJO, PEREIRA, 2006, P. 5).

De acordo com dados do FIEPE (2014) o Polo de Confecções teve origem a cerca de 30 anos – instalados inicialmente nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru – contudo, a partir da sua expansão e do seu crescimento setorial outros municípios foram exercendo tal atividade econômica. Ainda segundo a FIEPE (2014) “a participação populacional e do PIB dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama com 67,4% e 76,9 respectivamente. Estima-se em cerca de 18.803 empresas de pequeno e médio porte, formais e informais nos 10 municípios, empregando cerca de 107.177 pessoas”.

Atualmente, o índice de informalidade ainda é intenso nessas regiões, o que dificulta a implementação de políticas que fomentem a competitividade desses municípios. Em 2012, 66,4% das empresas eram informais e 93,2% dos empreendimentos complementares também eram informais (SEBRAE/PE, 2014).

3.3.3. Polo Médico (Recife)

O Polo Médico do Recife é um polo de referência a nível regional, a dinâmica do setor abrange desde de grade hospitais até indústrias farmacêuticas e de produção de equipamentos hospitalares.

(...) hoje se observa uma razoável concentração de hospitais, clínicas especializadas, laboratórios de análises e centros de diagnósticos, dando origem a várias atividades correlatas. Entre estas, podem ser destacadas as atividades de produção e manutenção de equipamentos, serviços de informática e automação, produção de medicamentos, de roupas profissionais, de descartáveis, de gases etc., ao lado de serviços de lavanderia, de

esterilização, de coleta e tratamento de lixo, de hospedagem, de comercialização, entre outros (LIMA et, al., 2007, p. 536).

Segundo dados da prefeitura de Recife (2019)⁷, o Polo Médico do Recife considera-se como o segundo maior do Brasil, o mesmo “conta com 2116 estabelecimentos de saúde, sendo 1820 da rede privada e 296 da pública, 59 tipos de serviços especializados e mais de oito mil leitos hospitalares”.

Em 2015 as entidades responsáveis articulavam para ser o primeiro polo médico do Brasil. De acordo com informações do governo do Estado⁸ – em 2015 – o setor de saúde perdeu apenas para a construção civil e o setor de prestação de serviço, em relação ao PIB pernambucano, “arrecadando 11% do total, com a geração de 107 mil empregos. Áreas como traumatologia, oncologia e ortopedia colocam Recife como um dos locais mais procurados para tratamentos de saúde, por questões de tecnologia, infraestrutura adequada e instrumental avançado em saúde”.

3.3.4. Suape

Localizado no Litoral Sul do Estado de Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário de Suape é um dos projetos que acelerou não só o crescimento do PIB do Estado, como também influenciou a participação do mesmo no PIB nacional, sendo considerado assim, como um dos principais portos públicos brasileiro.

O Porto de Suape vem se destacando, ao longo dos últimos dez anos, em um excelente destino para investimentos externos, devido às oportunidades geradas por demanda identificada por terminais de grãos, granéis sólidos, açúcar, petróleo, derivados de petróleo e etanol, além de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (SEBRAE, 2009, p. 08).

Dados recentes mostram a expansão do setor e a atratividade que a mesma tem para investidores externos. De acordo com o site, o ano de 2018 foi bastante animador ao setor, trazendo projeções positivas para o mesmo.

Um ano marcado por recordes sucessivos de movimentação, atração de grandes investimentos para o Estado, projetos até então travados que começaram a sair do papel e a implantação de iniciativas na área de planejamento e gestão, que reafirmam a condição de Suape como principal atracádouro do Norte e Nordeste do Brasil (SUAPE/ GOV, 2018)⁹.

⁷ Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/complexo-de-saude>> última visualização 01/02/2019.

⁸ Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/blog/2015/06/17/pernambuco-se-articula-para-ser-primeiro-polo-medico-do-brasil/>> última visualização 01/02/2019.

⁹ Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1082-suape-fecha-2017-com-balanco-recorde-novos-projetos-em-pauta-e-modernizacao-dos-processos-de-planejamento-e-gestao>> última visualização 01/02/2019.

Os dados ainda ressaltam que:

Suape alcançou em 2017 a maior movimentação anual de sua história, com um total de 23,8 milhões de toneladas de cargas (+ 4,7% em relação a 2016) que chegaram ou deixaram o porto pernambucano. Assim como em 2016, os graneis líquidos (óleos, combustíveis e outros derivados de petróleo) permanecem na dianteira como a carga mais operada em Suape, com um total de 17,6 milhões de toneladas (74% do total). O destaque, no entanto, foi o crescimento, sobretudo, de contêineres e veículos, que alcançaram também as maiores marcas já registradas em Suape. Em 2017, foram 464.490 TEUs (+18,9%) e 80.080 automóveis (+46%), respectivamente.

(...)

Outro investimento de grande importância para o porto é a ampliação de seu parque de tancagem, com investimentos privados de R\$ 540 milhões (SUAPE/GOV, 2018).

Assim, é nítido a importância do Complexo Industrial Portuário de Suape para o Estado e para a economia brasileira como um todo. Mostrando também um cenário de expectativas e perspectivas que se abrem para o futuro.

3.3.5. Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco

A Ferrovia Transnordestina unirá as três pontas mortas do sistema ferroviário do Nordeste – Missão Velha/CE, Salgueiro/PE e Petrolina/PE, alavancando, assim, o desenvolvimento econômico de diversos setores em sua área de abrangência, especialmente o pólo gesso do Araripe e o pólo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro. Além disso, integrará o sistema hidroviário do São Francisco, o sistema rodoviário sertanejo e o sistema ferroviário já existente, tornando mais eficiente a logística do transporte de cargas (LIMA et, al., 2007, p. 536).

Com o propósito de promover desenvolvimento regional e uma dinâmica atrativa para a região, idealizou-se um conjunto de projetos estruturais – mencionados em momentos anteriores – dentre eles, a Ferrovia Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco.

Atualmente, 35 cidades nos estados de Pernambuco e da Paraíba recebem as águas do Velho Chico pelo Eixo Leste, o tratamento e a distribuição são de responsabilidade dos Governos dos Estados. De acordo com dados do Ministério da Integração¹⁰ o Projeto São Francisco conta com mais de 5,4 mil trabalhadores atuando nos dois eixos de transferência de água. Portanto, cabe destacar que ambos os projetos de infraestrutura se mostram de extrema importância para o crescimento econômico do Estado de Pernambuco.

¹⁰ Disponível em: < <http://mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/o-andamento-das-obras> > última visualização 01/02/2019.

4. PERNAMBUCO EM NÚMEROS

No primeiro momento vimos o surgimento de entidades que foram essenciais para o crescimento da economia de Pernambuco, bem como, suas articulações com o setor industrial. Como mencionado anteriormente, a SUDENE elaborou não só diretrizes de incentivos a região, como também, implementou uma reforma estrutural com a proposta de modificar sua estrutura produtiva e aumentar sua atratividade industrial para investimentos privados.

Agregado as propostas da SUDENE, atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se destaca como essencial para o financiamento da concretização de obras e instalações industriais no Estado de Pernambuco.

Para análise da trajetória industrial da economia pernambucana se faz necessário olhar sob dois contextos, o primeiro período, caracteriza-se pelo auge e pela sua posterior fragilidade da intervenção da SUDENE, em que é possível distinguir a ocorrência de importantes modificações estruturais na região, e sobretudo, as diferenciações no padrão de industrialização regional. Já no segundo período, em um contexto mais favorável beneficiada pelo crescimento econômico do país em que que viabilizaram a retomada do crescimento industrial, caracteriza-se o Estado de Pernambuco com uma dinâmica maior, tal qual, se mostram mais evidente suas implicações nos aspectos sociais de emprego e renda.

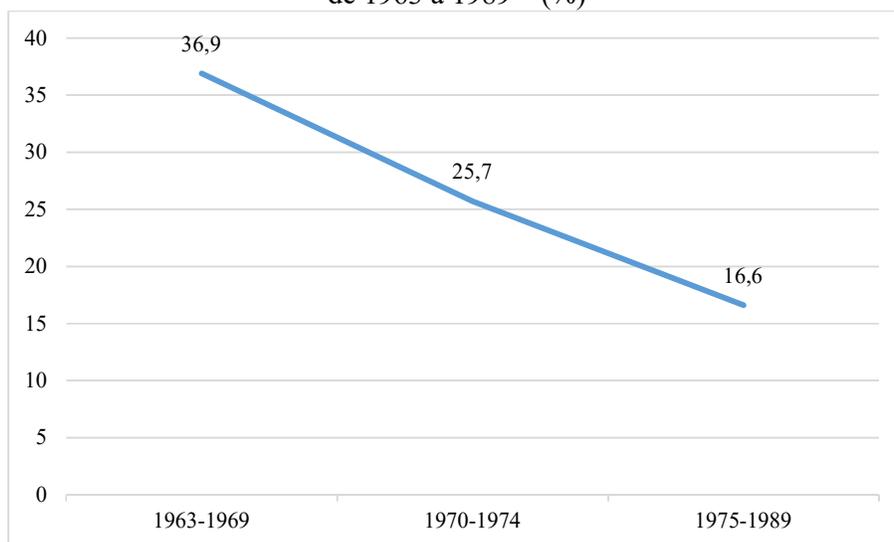
4.1. O período de 1960-2001

Mesmo diante do surgimento de algumas atividades agroindustriais nas cidades do Agreste, o período foi marcado pela forte dependência de atividades primárias nas regiões interioranas do Estado de Pernambuco. De acordo com Lima *et al.* (2007) os instrumentos de política regional adotada pela SUDENE – a qual se destaca os incentivos fiscais – impulsionou a diversificação industrial, mas de forma centralizada.

Os números da *figura 1* mostram o encolhimento dos incentivos no decorrer dos anos, ainda conforme a obra de Lima *et al.* (2007), o período caracteriza-se por uma

expressiva participação no PIB, destacando um crescimento em Pernambuco de 10,6% ao ano entre 1970 e 1975, superior ao PIB do Nordeste, que cresceu 10,2% ao ano.

Figura 1 – Percentual de incentivos fiscais da SUDENE em Pernambuco, nos períodos de 1963 a 1989 – (%)



Fonte: Elaboração própria com dados de Lima *et al.*, (2007).

Tendo apresentado um forte crescimento de sua base industrial nas décadas de 1960 a 1980, quando sobreveio a crise fiscal-financeira do Estado brasileiro, em meados dos anos 1980, a economia pernambucana passou a patinar em baixo crescimento e desarticulação dos elementos financiadores do investimento público. A trajetória que estabeleceu foi de fraca expansão do PIB industrial, prolongando-se nos anos 1990 e início dos 2000 (NETO e VERGOLINO, 2014, p. 107).

Diante da crise fiscal-financeira em 1980, Neto e Vergolino (2014) ressaltam a desarticulação do período que motivaram a estagnação da economia Pernambucana, tal que, sua expansão no setor industrial foi sinalizada como fraca, perdurando até o início dos anos 2000.

De acordo com dados da SUDENE *apud* Lima *et al.* (2007), no período de 1970 a 1980 o setor industrial apresentou uma forte participação na atividade econômica, com 10,7%, nos períodos seguintes o setor apresentou taxa média de crescimento de 1,9% entre 1980 e 1990 e de 1,7% entre 1990 e 1999, assim, acentuou-se uma forte queda tanto no setor industrial quanto nos demais setores, como mostra a *tabela 2*, dados que levam a supor a influência da crise econômica do país sobre os aspectos setoriais.

Tabela 2 – Pernambuco: Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Setorial e por Atividade Econômica – 1970-1999 (%)

ATIVIDADE ECONÔMICA	TAXA MÉDIA		
	1970-80	1980-90	1990-99
SETOR AGROPECUÁRIO	6,0	0,8	-2,2
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	6,0	0,8	-2,2
SETOR INDUSTRIAL	10,7	1,9	1,7
Indústria Extrativa Mineral	16,3	-1,5	-7,3
Indústria de Transformação	13,1	-1,2	-1,3
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	9,3	4,8	3,8
Energia Elétrica	9,9	5,5	5,0
Abastecimento de Água	6,1	2,0	-2,6
Construção	5,6	7,2	5,5
SETOR DE SERVIÇOS	8,4	4,4	2,5
Comércio (inclusive restaurantes e hospedagem)	10,7	-0,6	3,6
Transportes, Armazenagem e Comunicações	5,4	6,2	7,9
Transporte Rodoviário	4,0	3,4	-2,2
Transporte Ferroviário	7,9	-5,9	0,2
Transporte Aéreo	11,8	4,4	2,9
Transporte Marítimo	-	-	-
Comunicações	9,9	11,4	10,2
Atividade Financeiras	14,2	6,8	2,1
Bens Imóveis	8,8	7,0	3,8
Administração Pública	5,7	5,0	-0,7
TOTAL	8,6	2,5	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Contas Regionais SUDENE (2002) *apud* Lima *et al.* (2007).

A partir da recomposição das finanças federais e de sua capacidade de propor estratégias produtivas tornou-se possível novos diálogos sobre a retomada do crescimento econômico estadual, motivada por investimentos de grande porte capazes de atuar como elementos âncora para o estímulo e atração de novos investimentos privados na região (NETO E VERGOLINO, 2014).

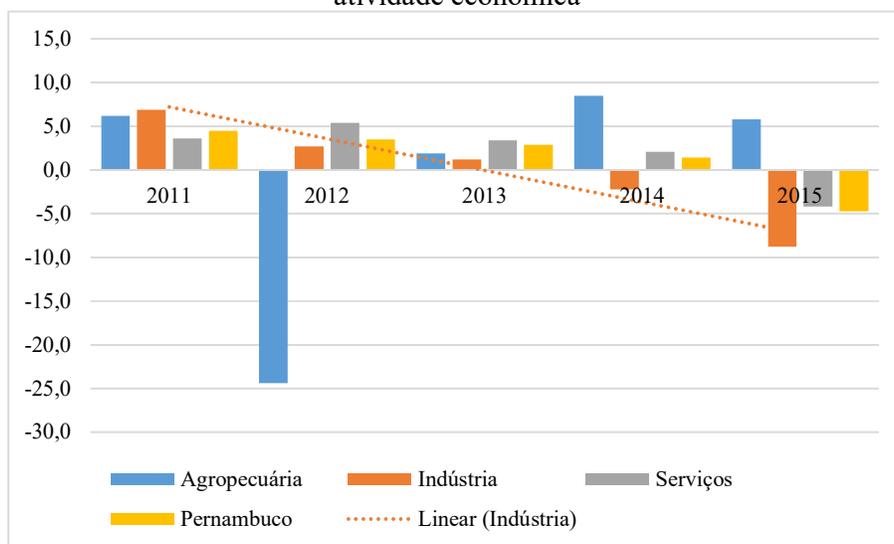
Mesmo com uma significativa perda dos incentivos fiscais dada a acentuação de crises internas e da fragilidade da instituição, os números sobretudo mostram o quanto foram de significativa importância os investimentos estruturadores como um todo para a indústria da economia pernambucana.

4.2. O período de 2002-2015

O Estado de Pernambuco abrange 5 mesorregiões – Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana, Metropolitana do Recife, São Francisco Pernambucano, Sertão Pernambucano – com 185 municípios. Em 2015 o Estado apresentou um PIB industrial de aproximadamente 27 milhões¹¹ – segundo o Portal da Indústria – e no ano seguinte, o número de estabelecimentos industriais foi de 13.671 o que equivale a 2,8% do total de estabelecimentos industriais no Brasil.

É evidente – a partir de números já apresentados – a importância do setor industrial para a economia da região. Contudo, mais uma vez, em meio à crise econômica do País, o setor industrial vem mostrando um declínio significativo em relação aos outros setores, como mostra a linha de tendência na *figura 2*. Em 2011 a taxa de crescimento real do Valor Absoluto Bruto da industrial em PE foi de 6,9, seguido por variações decrescentes, assim, em 2015 esse valor chegou a -8,8 pontos percentuais.

Figura 2 – Taxa de Crescimento Real (%) do VAB de Pernambuco, por setores de atividade econômica



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE; Agência CONDEPE/FIDEM (2018).

¹¹Valor adicionado bruto. Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=10&id=1805>> última visualização 30/10/2018.

Ainda nesse mesmo contexto, e em contrapartida a taxa de crescimento real apresentada, o Valor Adicionado Bruto por setores de atividade em valores correntes¹² no período de 2010-2015 oscilou positivamente – tanto a Indústria, quanto a Agropecuária, Serviços exclusive APU, e APU.

No que diz respeito ao setor industrial, os dados do Condepe/Fidem (2018) mostram que a contribuição da região Metropolitana em 2010 foi R\$ 12.713.434 e em 2015 de R\$ 18.667.470, apresentados na *tabela 3*. O que afirma mais uma vez, a forte contribuição do setor para a economia local. Contudo, vale ressaltar o declínio das regiões do Sertão Central e do Sertão de Itaparica, a qual acentuaram-se negativamente entre o período citado.

Tabela 3 – Pernambuco: Valor Adicionado Bruto do setor industrial em valores correntes (R\$ 1000)

Região Pernambucana	VAB Indústria (R\$ 1000)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agreste Central	923.584	1.030.536	1.286.817	1.371.263	1.498.454	1.505.809
Agreste Meridional	255.722	294.956	366.134	423.879	338.119	449.494
Agreste Setentrional	368.072	380.874	609.146	588.184	524.153	555.862
Mata Norte	798.742	915.569	1.021.847	1.090.357	1.560.963	2.076.955
Mata Sul	801.148	832.571	1.083.998	1.150.917	1.100.365	1.309.314
Metropolitana	12.713.434	14.475.601	16.935.441	19.668.819	17.966.972	18.667.470
Sertão Central	464.944	424.846	277.530	110.400	107.825	85.077
Sertão de Itaparica	719.071	650.311	791.366	150.549	193.980	574.405
Sertão do Araripe	195.100	190.909	237.539	274.385	253.312	258.825
Sertão do Moxotó	115.252	93.107	108.120	109.801	111.582	128.072
Sertão do Pajeú	151.955	160.111	212.752	211.276	262.056	271.366
Sertão do São Francisco	684.705	752.123	948.659	851.412	877.373	1.012.368

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE (2018).

De acordo com dados do Portal da Indústria (2018), a *tabela 4* classifica os estabelecimentos industriais por porte, chamadas de micro, pequena, média e grande empresa.

Tabela 4 – Estabelecimentos industriais por porte - participação das empresas industriais no total das empresas do no Estado, na Região e no Brasil % (2016)

Classificação industrial	Pernambuco	Nordeste	Brasil
Microempresa - até 09 empregados	71,3	72,5	71,6
Pequena empresa - de 10 a 49 empregados	22,6	21,6	22,4
Média empresa - de 50 a 249 empregados	4,9	4,8	4,9
Grande empresa - 250 ou mais empregados	1,1	1,1	1,1

Fonte: Elaboração própria com dados do Portal da Industrial (2018)¹³.

¹² Dados do Sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE (R\$ 1000)

¹³ Disponível

<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/comparativo_estados?c1=br&c2=nd&c3=pe?> Última visualização 30/10/2018

em:

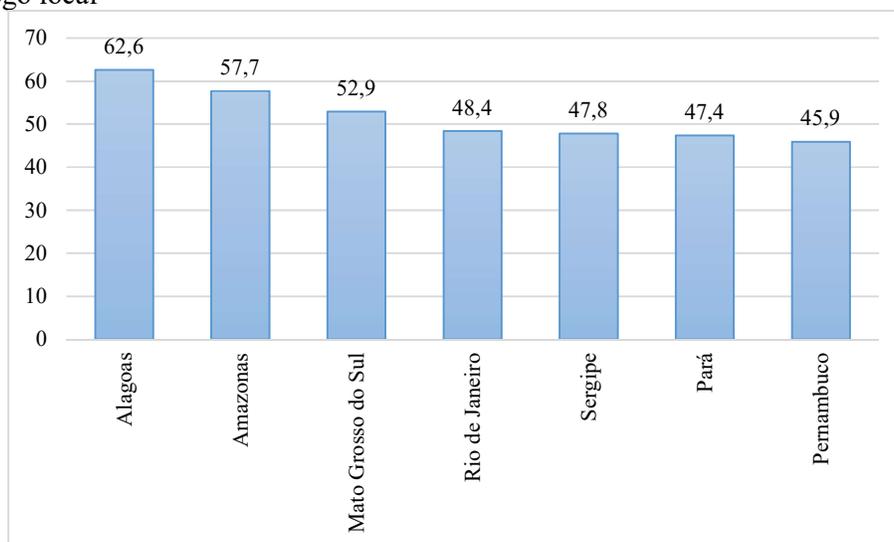
Última

Empresas com menos de 9 empregados é denominada de Microempresa, e nota-se um alto percentual de estabelecimentos dessa categoria tanto no Estado quanto no Brasil, seu percentual de empregabilidade em Pernambuco é de 10,8%.

No que se refere a Pequenas empresas – de 10 a 49 funcionários, vale lembrar que essa classificação se dá através do Portal da Indústria – o número de estabelecimentos no Estado é inferior em relação ao NE e ao Brasil, e sua participação percentual no emprego é de 21,3, enquanto que, em empresas de médio porte esse percentual é de 22,1. Empresas com mais de 250 funcionários são caracterizadas por Grandes empresas, seu percentual se equipara tanto no âmbito regional, quanto nacional – com 1,1 pontos percentuais –, e sua participação no emprego é mais alta que as demais, PE com 45,3, NE com 43,6 e BR com 40,2.

Considerado como um dos Estados mais populosos do Nordeste, de acordo com estimativas do IBGE¹⁴ (2018), concentrava-se em PE um número de 9.496.294 pessoas. Dados de 2017 mostram que as grandes empresas tiveram uma participação no emprego de 45,9 pontos percentuais, como mostra a *figura 3*, Pernambuco é a 3º região no Nordeste com um número de grandes empresas com significativa colaboração para o mercado de trabalho, ficando atrás apenas dos Estados de Alagoas e Sergipe, o que supõe a forte empregabilidade de grandes empresas no setor.

Figura 3 – Grandes empresas – 250 ou mais empregados – % (2017) Participação no emprego local

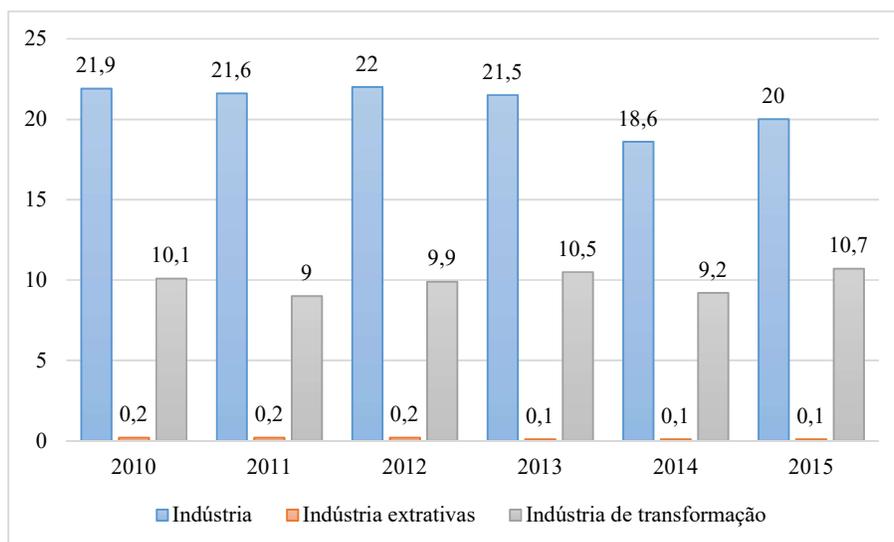


Fonte: Elaboração própria com dados do Portal da Industrial (2018).

¹⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>>. Última visualização 16/10/2018.

Quanto a composição industrial que mais se destaca em Pernambuco, o BDE (2018) mostra que o setor de transformação no período de 2010 a 2015 mostrou um percentual relativamente alto em relação a indústria extrativas e com pouca variação ao longo dos anos, como mostra a *figura 4*. No total de 20 pontos percentuais da produção industrial em 2015 no Estado de Pernambuco, apenas 0,1 correspondia a indústria extrativista, enquanto que 10,7 correspondia a indústria de transformação.

Figura 4 – Composição industrial do VAB em PE, nos períodos de 2010 a 2015 - %



Fonte: Elaboração própria com dados da Base de Dados do Estado (BDE).

É importante mencionar as características particulares de cada categoria de indústria, a indústria extrativa se difere pela extração da matéria-prima da natureza para ser utilizada em outras indústrias, enquanto que, a indústria de transformação se designa pela produção de bens de consumo e bens de produção. Assim, a indústria de transformação se caracteriza por transformar matéria-prima em um produto final ou intermediária.

O número de unidades de indústrias extrativas espalhadas no Estado é baixíssimo comparada a representatividade do setor de transformação na região. Em um total de 5.791 unidades (2015) apenas 87 é extrativa e as demais são de caráter de transformação, a *tabela 5* mostra a subdivisão no setor.

A empregabilidade em indústrias de transformação é alta comparada a extrativa, bem como, de 222.216 trabalhadores (2015) 220.471 era promovido pelo setor, e apenas

1.745 extrativa. Na subdivisão do setor de transformação, as indústrias alimentícias e de vestuários são as que mais contribuem para esses números com 78.634 e 21.552, respectivamente. Seguido pela fabricação de produtos minerais não metálicos, produtos químicos e produção de bebidas.

Tabela 5 – Unidades locais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, segundo as divisões de atividades - Pernambuco - 2015

Divisão de atividades	Número de unidades locais	Número de trabalhadores
Pernambuco	5.791	222.216
<i>Indústrias Extrativas</i>	87	1.745
<i>Indústria de transformação</i>	5.704	220.471
Fabricação de produtos alimentícios	1.352	78.634
Fabricação de bebidas	118	10.344
Fabricação de produtos do fumo	4	194
Fabricação de produtos têxteis	351	7.070
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.118	21.552
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	43	2.680
Fabricação de produtos de madeira	68	1.320
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	69	4.721
Impressão e reprodução de gravações	203	2.801
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	9	5.676
Fabricação de produtos químicos	167	12.555
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	16	1.262
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	254	8.635
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	704	19.719
Metalurgia	42	2.612
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	301	7.298
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	30	675
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	80	5.895
Fabricação de máquinas e equipamentos	109	2.534
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	86	9.232
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	17	5.020
Fabricação de móveis	225	4.870
Fabricação de produtos diversos	127	1.939
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	211	3.233

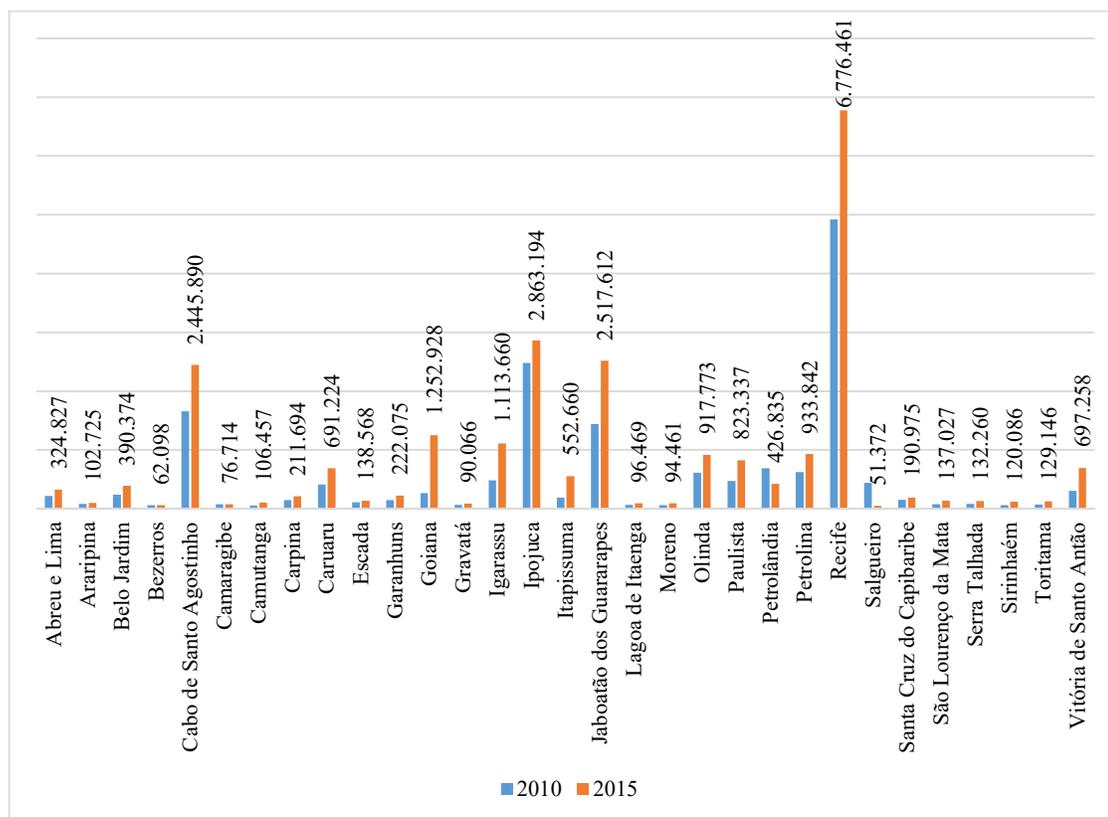
Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, Pesquisa Industrial Anual – PIA (2015).

No que se refere ao panorama da industrialização nos municípios do Estado de Pernambuco, nota-se uma forte concentração em alguns municípios cujo desenvolvimento se mostram a frente dos demais. Dados do Sistema de Contas Regional

obtidos pela Condepe/Fidem mostram o Valor Adicionado Bruto por municípios pela atividade industrial em valores correntes, entre os anos de 2010 a 2015 (R\$ 1000).

Esses dados refletem um crescimento do setor em 31 municípios, com exceção dos municípios de Petrolândia que em 2010 registou um VAB industrial de R\$ 693.264,00 e em 2015 esse valor foi de R\$ 426.835,00, e Salgueiro que em 2010 apresentou um VAB no setor de 442.766,00 e em 2015 esse valor caiu para 51.372,00.

Figura 5 – VAB industrial em municípios Pernambucanos com contribuição maior que 50.000, em 2010-2015 (R\$ 1000)



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE

A *figura 5* mostra os municípios com maior participação no setor industrial entre o período de 2010 e 2015 – o critério de filtragem foi identificar os municípios com participação maior que 50.000,00 em 2015 –, a qual se sobressaem com uma forte representatividade os municípios de: Recife, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Igarassu. Destacam-se também – em menor proporção aos anteriores citados – os municípios de: Petrolina, Caruaru, Itapissuma, Petrolândia, Garanhuns, Carpina e Santa Cruz do Capibaribe.

É imprescindível inserir na análise o contexto do desenvolvimento humano proporcionado pela a atividade. De acordo com o PNUD¹⁵, “o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano”.

Ressalta-se que, de acordo com dados do Atlas Brasil (2013) os municípios de maiores destaques no setor industrial apresentam um elevado IDHM em relação aos demais, se mostrando até superior que o índice referente ao Brasil. O índice IDHM 2010 por exemplo, no Brasil foi de 0,727, e em Recife esse percentual foi de 0,772.

De acordo com esses dados, a capital do Estado foi superior também no IDHM Educação, Renda e Longevidade como mostra a *tabela 6*. Contudo, não se pode afirmar que esses dados refletem o quanto a participação da indústria na região é importante para seu desenvolvimento como um todo, pois outros fatores são significativos em tal afirmação.

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano (Renda, Longevidade, Educação), em 2010.

Região	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Cabo de Santo Agostinho	0,686	0,654	0,812	0,609
Goiana	0,651	0,614	0,779	0,576
Igarassu	0,665	0,622	0,781	0,606
Ipojuca	0,619	0,613	0,774	0,499
Jaboatão dos Guararapes	0,717	0,692	0,83	0,642
Recife	0,772	0,798	0,825	0,698

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no ATLAS (2013).

Assim, nesta mesma perspectiva se faz imprescindível mencionar os incentivos governamentais não só neste setor como também nos municípios que mais vem se destacando no Estado de PE. De acordo com dados da SUDENE/SIBF¹⁶, de 420 incentivos fiscais no Estado entre os anos de 2010 a 2017, desses só 244 foram direcionados para os municípios de Recife, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Igarassu. Sendo eles: Redução de 75% do IRPJ, Reinvestimento de 30% do IRPJ ou Isenção do AFRMM. Grande parte direcionado para

¹⁵ Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>> última visualização 01/02/2019.

¹⁶ Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/incentivos-fiscais>> última visualização 06/06/2018.

a Infraestrutura e para a Indústria de transformação, em projetos de: Modernização parcial ou Total; Complementação Equipamentos; Modernização Total; Diversificação; Ampliação; ou Implantação.

É nítido a importância dos incentivos fiscais para o crescimento de qualquer setor – seja industrial ou não. Sabe-se que o sistema é muito mais complexo que o exposto, contudo, ao aumentar a margem de lucro das empresas se induz a ampliação da mesma, demandando mais mão-de-obra local e reduzindo os índices de desemprego na economia.

A atividade industrial de Pernambuco ainda terá um longo caminho para alcançar sua solidificação e sustentabilidade, bem como, a partir dos dados nota-se sua significativa participação na econômica local, contudo vale ressaltar que ainda de forma centralizada em relação as cidades interioranas e vulnerável em relação as crises econômicas do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se projetou com o objetivo de realizar uma análise crítica à atuação do governo estadual de Pernambuco tanto na implementação do setor industrial quanto na redução da centralização, discorrendo sobre as políticas e os incentivos no setor, bem como, sua importância para a economia pernambucana, no tocante à sua capacidade de estimular o crescimento e o desenvolvimento local.

No primeiro momento, surgem debates e diálogos em torno do cenário de altíssima disparidade regional, pobreza e concentração de renda. O economista Celso Furtado idealizou o GTDN e posterior, instituiu a SUDENE, a qual tinham como objetivo elaborar um estudo para o crescimento econômico do Nordeste e conduzir as reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento da região. A proposta reformista desenvolvida pela instituição, destacava a indústria como a ferramenta principal para a alavancagem do desenvolvimento e para a compensação do relativo atraso da região nordestina.

O trabalho provoca reflexões no que se refere a proposta de descentralização da dinâmica industrial no Estado, contudo, a partir de dados dos incentivos fiscais e da implementação de planos estruturais, nota-se que a proposta foi pouco disseminada, e que ainda há uma forte centralização da atividade econômica industrial na região Metropolitana e cidades circunvizinhas, deixando a margem as cidades interioranas.

Na tentativa de reestruturação industrial de Pernambuco no limiar dos anos 2000, a SUDENE juntamente em articulação com o governo Federal e Estadual – somados ao apoio do BNDES e do BNB – implementaram empreendimentos robustos e bem estruturados que traziam consigo expectativas positivas no que se tratava de mais dinamismo econômico, maior atratividade de investimento privados e externo, menos disparidades interioranas e maior empregabilidade local. Empreendimentos como a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, a implantação do estaleiro naval no Complexo Industrial de Suape – que de imediato impulsionou o setor de construção civil no Estado –, a Ferrovia Transnordestina, e a Transposição do Rio São Francisco, a Petroquímica Suape, a Fiat, os Estaleiros, HEMOBRAS, a AMBEV e entre outras.

Marcada por ascensões e crises – destacando-se a crise de 2008 que afetou não só no âmbito local, como também Nacional –, o setor industrial de Pernambuco se mostrou

resistente e representativo na região, embora dependente do desempenho da economia brasileira como um todo. A análise da trajetória econômica industrial no período de 1960 a 2010 refletem a importância do fortalecimento de instrumentos de ação, e do papel do Estado como principal fomentador de mudanças nas atividades econômicas do interior pernambucano.

Contudo, no que se refere a análise crítica dos dados, com o panorama da industrialização nos municípios do Estado de Pernambuco, nota-se uma forte concentração do setor industrial em alguns municípios – Recife, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Igarassu.

Denotou também nos últimos anos crescimento econômico e um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios de Recife, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Igarassu. E em menor proporção, os municípios de Petrolina, Caruaru, Itapissuma, Petrolândia, Garanhuns, Carpina e Santa Cruz do Capibaribe. Com alta empregabilidade e participação significativa no PIB industrial no Estado, o setor que mais se sobressaiu no setor industrial nos últimos anos foi a indústria de transformação, a qual se inserem as indústrias alimentícias e de vestuários em que mais contribuem para esses números com 78.634 e 21.552, respectivamente.

Sabe-se que ainda há um grande percurso a ser percorrido pelo setor industrial, para só assim promover desenvolvimento igualitário em toda região, respeitando a particularidade de cada uma. Diante de limitações orçamentárias expressas no decorrer do trabalho, ficou evidente as dificuldades de natureza institucional enfrentadas pela SUDENE.

Em meio ao ambiente de inovação na economia de Pernambuco desperta-se o interesse dos investidores privados, manifestado em grandes empreendimentos, em articulações e implantações nas cidades pernambucanas. Contudo, vale ressaltar que ainda de forma sutil e pouco descentralizada, se conclui que não basta trazer grandes projetos, pois os planos políticos não são garantias de desenvolvimento descentralizado, mas sim, faz-se necessário um conjunto de medidas que integrem diversos fatores essenciais em uma economia regional, sendo este talvez, o grande desafio do papel do Estado.

REFERÊNCIAS

Almeida, s. F. Et.al. **Estratégias de desenvolvimento para o setor industrial: efeitos no desenvolvimento humano dos estados da bahia, ceará e pernambuco.** O&s - v.14 - n.40 - janeiro/março – 2007.

Albuquerque, a. B. **O novo nordeste: a sudene na imprensa escrita no período 1964-1978.** Cadernos do desenvolvimento, rio de janeiro, v. 7, n. 11, pp.67-84, jul.-dez. 2012

Atlas. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>> última visualização 05/06/2018.

Araújo, c. A., pereira, c. F. **A indústria de confecções em pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós-atc (acordo sobre têxteis e confecções).** Xiii simpep - bauru, sp, brasil, 6 a 8 de novembro de 2006.

Buarque, s. (cord.) **Cadeia produtiva logística: cenários econômicos e estudos setoriais.** Sebrae, recife – 2008.

Bde. **Indústria.**
<<http://www.bde.pe.gov.br/site/conteudorestrito2.aspx?codgrupomenu=142&codpermisao=5>>. Última visualização 24/04/2018.

Bde. **Composição do valor adicionado bruto, por atividade econômica de pernambuco** disponível em:
<http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/visualizacao_formato2.aspx?codinformacao=1300&cod=3> última visualização 05/06/2018.

Brasil. Leis e decr. Lei complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.433. **Institui a superintendência do desenvolvimento do nordeste - sudene.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp125.htm> acesso em 12 de dezembro de 2018.

Carvalho, j. O. **Segunda parte - desenvolvimento regional no nordeste brasileiro: políticas adotadas após a instituição da sudene.** Campina grande: eduepb, 2014.

Carvalho, f. F. **Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno.** Fortaleza, 29-30 de outubro de 2008.

Correa, s. M. **Probabilidade e estatística.** Belo horizonte: puc minas virtual – 2003.

Costa neto, p. L. O. **Estatística.** São paulo: edgard blucher – 2002.

Furtado, c. **Os desafios da nova geração.** Revista de economia política. Rio de janeiro, urfj, 2004.

Fiepe. **Polo de confecções do agreste de pernambuco.** Caruaru, 07 de novembro de 2014.

Galvão, o. J. **A economia de pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado.** Rev. Econ. Ne, fortaleza, v. 46, n. 3, p. 131-154, jul. - set. 2015.

Gil, a. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas – são paulo, 2009.

Gonçalves, h. F., aráujo, j. B. **Evolução histórica e o quadro socioeconômico do nordeste brasileiro nos anos 2000.** Colóquio – revista do desenvolvimento regional - faccat - taquara/rs - v. 12, n. 1, jan./jun. 2015.

Ibge. **Panorama brasil/pernambuco.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>>. Última visualização 24/04/2018.

lima, j. P. Et.al. **Economia de pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado.** Documentos técnico-científicos ufpe, 2007.

Mendes, c. C. **Região nordeste: conjuntura, planejamento e perspectiva.** Fortaleza: instituto de desenvolvimento do trabalho, 2010.

Monteiro, f. D. S. **Dois ensaios de economia industrial e regional: desindustrialização regional no brasil; um novo momento para a indústria de transformação do nordeste?** Ufpe, recife – 2015.

Neto, a. M.; vergolino, j. R. O. **Pernambuco 2000-2013: sociedade, economia e governo.** São paulo: editora fundação perseu abramo, 2014.

Oliveira, f. L. P. **Desenvolvimento capitalista e trajetórias empresariais em pernambuco.** Unicamp: campinas, 2014.

Pessoa, s. R., milani, a. M. **Análise da política nacional de desenvolvimento regional (2003-2010) sobre a economia do nordeste.** Rev. Econ. Ne, fortaleza, v. 47, n. 3, p. 45 - 60, jul./set., 2016.

Portal da indústria. **Perfil da industria os estados.** Disponível em: <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/>>. Última visualização 24/04/2018.

Prodanov, c. C., freitas, e. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Rio grande do sul – 2013.

Rudge, t. C. **Incentivos fiscais: a experiência da sudene.** Pontifícia universidade católica do rio de janeiro, 2004.

Sebrae. **Suape suape global / local: o caminho sinuoso do desenvolvimento integrado.** Setembro 15 / outubro 2009

Silva filho, l. A. **Sudene: 50 anos - uma abordagem política, institucional e administrativa.** Recife: comunigraf, 2009.

Suape, gov. **Suape fecha 2017 com balanço recorde e novos projetos em pauta.** Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1082-suape-fecha-2017>> com-

balanco-recorde-novos-projetos-em-pauta-e-modernizacao-dos-processos-de-planejamento-e-gestao> última visualização 01/02/2019.

ANEXO A – COMPOSIÇÃO SETORIAL EM VALOR ABSOLUTO BRUTO

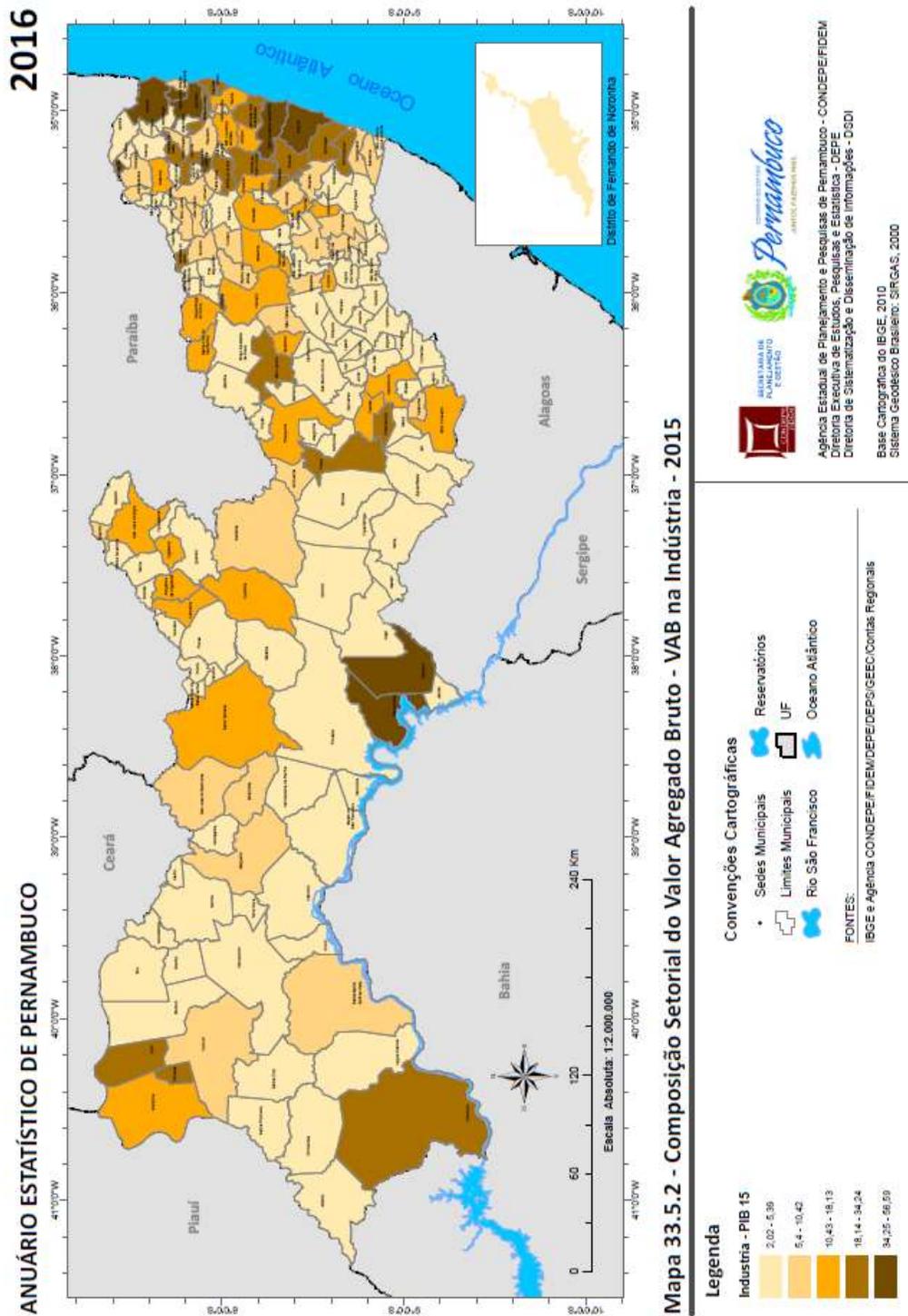
VAB Indústria					
Município do Estado de PE	2010	2015	Município do Estado de PE	2010	2015
Agrestina	6.676	10.729	Belém de Maria	1.541	1.874
Alagoinha	1.956	2.574	Catende	11.572	21.523
Altinho	2.767	4.819	Chã Grande	9.177	8.304
Barra de Guabiraba	2.950	3.592	Cortês	30.604	11.870
Belo Jardim	240.208	390.374	Escada	112.151	138.568
Bezerros	58.596	62.098	Gameleira	2.932	6.092
Bonito	15.681	29.962	Jaqueira	2.189	2.924
Brejo da Madre de Deus	8.058	10.214	Joaquim Nabuco	35.008	14.609
Cachoeirinha	4.119	5.859	Maraial	13.547	1.830
Camocim de São Félix	3.160	4.823	Palmares	22.954	47.857
Caruaru	413.529	691.224	Pombos	9.133	39.129
Cupira	14.464	25.189	Primavera	36.556	32.653
Gravatá	64.594	90.066	Quipapá	5.330	4.888
Ibirajuba	901	1.319	Ribeirão	38.309	31.416
Jataúba	1.843	2.532	Rio Formoso	49.092	51.805
Lagoa dos Gatos	2.374	4.157	São Benedito do Sul	1.140	1.919
Panelas	3.432	5.174	São José da Coroa Grande	3.278	6.123
Pesqueira	26.174	62.923	Sirinhaém	58.524	120.086
Poção	1.533	2.017	Tamandaré	30.675	23.410
Riacho das Almas	7.913	9.003	Vitória de Santo Antão	303.851	697.258
Sairé	3.199	5.025	Xexéu	1.715	2.493
Sanharó	5.572	8.231	Abreu e Lima	217.062	324.827
São Bento do Una	16.455	28.166	Araçoiaba	5.668	3.174
São Caitano	9.066	27.203	Cabo de Santo Agostinho	1.659.322	2.445.890
São Joaquim do Monte	3.760	4.504	Camaragibe	77.957	76.714
Tacaimbó	4.607	14.033	Fernando de Noronha	3.101	4.504

Águas Belas	5.008	7.636	Igarassu	481.004	1.113.660
Angelim	1.954	3.074	Ilha de Itamaracá	9.350	16.177
Bom Conselho	38.969	54.541	Ipojuca	2.483.235	2.863.194
Brejão	1.798	2.736	Itapissuma	192.007	552.660
Buíque	5.371	7.866	Jaboatão dos Guararapes	1.442.874	2.517.612
Caetés	2.692	20.091	Moreno	60.138	94.461
Calçado	1.904	2.697	Olinda	612.862	917.773
Canhotinho	4.737	8.505	Paulista	474.524	823.337
Capoeiras	2.684	3.303	Recife	4.917.297	6.776.461
Correntes	2.628	3.393	São Lourenço da Mata	77.033	137.027
Garanhuns	146.856	222.075	Cedro	1.373	2.604
Iati	1.760	3.792	Mirandiba	2.414	7.086
Itaíba	3.775	4.924	Parnamirim	3.822	5.062
Jucati	1.294	1.947	Salgueiro	442.766	51.372
Jupi	1.885	2.794	São José do Belmonte	9.791	12.021
Jurema	2.514	3.757	Serrita	2.207	3.036
Lagoa do Ouro	1.542	2.291	Terra Nova	1.244	1.837
Lajedo	8.184	16.122	Verdejante	1.329	2.058
Palmeirina	1.050	1.761	Belém do São Francisco	4.000	6.004
Paranatama	1.417	17.881	Carnaubeira da Penha	1.025	1.291
Pedra	6.264	37.531	Floresta	12.419	14.220
Saloá	1.890	2.910	Itacuruba	1.058	1.754
São João	2.926	6.362	Jatobá	2.668	3.458
Terezinha	1.257	3.509	Petrolândia	693.264	426.835
Tupanatinga	2.393	3.516	Tacaratu	4.637	120.844
Venturosa	2.972	4.479	Araripina	88.985	102.725
Bom Jardim	22.830	18.479	Bodocó	5.808	8.742
Casinhas	1.552	2.694	Exu	5.890	6.047
Cumarú	6.053	5.180	Granito	1.201	1.901

Feira Nova	4.051	14.146	Ipubi	25.760	49.584
Frei Miguelinho	2.193	4.696	Moreilândia	1.294	1.725
João Alfredo	6.443	19.603	Ouricuri	31.635	26.355
Limoeiro	24.514	50.842	Santa Cruz	1.576	2.758
Machados	2.439	2.978	Santa Filomena	1.234	2.409
Orobó	3.200	4.831	Trindade	31.716	56.580
Passira	3.727	5.689	Arcoverde	24.482	50.938
Salgadinho	991	1.346	Betânia	1.288	1.925
Santa Cruz do Capibaribe	151.328	190.975	Custódia	43.575	39.619
Santa Maria do Cambucá	1.841	3.908	Ibimirim	5.255	7.369
São Vicente Ferrer	3.104	5.963	Inajá	2.195	5.412
Surubim	27.357	49.393	Manari	1.389	2.355
Taquaritinga do Norte	20.989	27.326	Sertânia	37.067	20.453
Toritama	68.758	129.146	Afogados da Ingazeira	20.119	41.972
Vertente do Lério	13.563	13.208	Brejinho	850	4.183
Vertentes	3.138	5.460	Calumbi	795	1.170
Aliança	10.479	10.694	Carnaíba	9.006	17.230
Buenos Aires	2.454	3.674	Flores	2.941	5.619
Camutanga	56.717	106.457	Iguaracy	1.540	2.675
Carpina	145.366	211.694	Ingazeira	600	6.389
Chã de Alegria	1.752	3.813	Itapetim	2.829	2.860
Condado	6.086	5.914	Quixaba	728	1.477
Ferreiros	10.122	4.285	Santa Cruz da Baixa Verde	1.100	2.449
Glória do Goitá	5.714	108.885	Santa Terezinha	1.225	2.882
Goiana	270.396	1.252.928	São José do Egito	6.523	31.434
Itambé	12.914	15.933	Serra Talhada	86.182	132.260
Itaquitinga	46.242	7.458	Solidão	719	1.352
Lagoa de Itaenga	68.215	96.469	Tabira	12.484	9.333
Lagoa do Carro	2.217	7.317	Triunfo	2.628	5.490

Macaparana	4.627	11.724	Tuparetama	1.685	2.592
Nazaré da Mata	44.567	92.905	Afrânio	2.815	4.829
Paudalho	23.615	52.071	Cabrobó	24.301	13.137
Timbaúba	60.879	42.270	Dormentes	2.941	7.305
Tracunhaém	3.046	5.754	Lagoa Grande	7.338	12.100
Vicência	23.334	36.712	Orocó	5.602	6.826
Água Preta	4.847	10.467	Petrolina	626.905	933.842
Amaraji	5.018	10.240	Santa Maria da Boa Vista	14.804	34.328
Barreiros	12.005	21.975	Total	18.191.730	26.895.015

ANEXO B – MAPA DA COMPOSIÇÃO SETORIAL



Fonte: Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/wp-content/uploads/downloads/2017/12/33.5.2-Mapa-Composicao-setorial-do-valor-agregado-bruto_VAB_-na-Industria_-2015.pdf> última visualização 05/06/2018.